

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.591.378 - RS (2019/0288994-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **DORLY DICKEL**
AGRAVANTE : **MACIEL PLETZ ADVOGADOS**
ADVOGADOS : **MARCIO MACIEL PLETZ - RS058405**
: **MARIANA TONIOLO CANDIDO - RS081710**
AGRAVADO : **FERNANDO AUGUSTO DOS SANTOS**
ADVOGADO : **JOÃO DA SILVA GUERREIRO - RS021991**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MEDIDA EXECUTIVA ATÍPICA. DECISÃO FUNDADA NOS ELEMENTOS FÁTICOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Dorly Dickel e Maciel Pletz Advogados contra decisão que não admitiu o recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, que desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 827):

AGRAVO INTERNO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PLEITO DE RETENÇÃO DA CNH DA PARTE EXECUTADA. NÃO CABIMENTO.

Medida almejada pela parte exequente que, além de desproporcional e sem afinidade com a obrigação de pagamento, implica, de forma oblíqua, em afronta a direitos e garantias constitucionais. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO. UNÂNIME.

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos parcialmente (e-STJ, fls. 857-859).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 866-890), os recorrentes apontaram violação dos arts. 139, 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, bem como a existência de dissídio jurisprudencial.

Sustentaram, em síntese, a ausência de prestação jurisdicional e de fundamentação; e a necessidade de imposição de medida coercitiva atípica em casos em que há ocultação de patrimônio do devedor, que se escusa por anos ao pagamento de suas dívidas sem fundamento cabível.

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial em virtude da ausência de violação dos dispositivos apontados e da incidência das Súmulas n. 7 e 126 do STJ (e-STJ, fls. 935-943).

É o relatório. Decido.

Preliminarmente, a jurisprudência desta Corte é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

Dessa maneira, cabe registrar que a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão dos recorrentes.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 1022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. INVIABILIDADE. IMPOSIÇÃO DA MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1022 do CPC.
2. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito.
3. Os segundos Embargos Declaratórios opostos com o intuito de modificar o julgado, inovando com argumentos preclusos, revela nítido caráter procrastinatório, pelo que é admissível a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC.
4. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa. (EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 822.269/SP, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 8/11/2016, DJe 17/11/2016).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/1973) - APELAÇÃO CONSIDERADA DESERTA - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE REJEITOU ANTERIORES ACLARATÓRIOS COM APLICAÇÃO DE MULTA, MANTENDO A NEGATIVA DE PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL FACE A

ADEQUAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, A FIM DE ANULAR OS ACÓRDÃOS PROFERIDOS NA ORIGEM, COM A DETERMINAÇÃO DO RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL A QUO PARA QUE PROCEDA À ANÁLISE DO MÉRITO DA APELAÇÃO COMO ENTENDER POR DIREITO, POR TER A PARTE RECORRENTE, UMA VEZ INTIMADA PARA COMPLEMENTAR O RECURSO ATENDIDO À DETERMINAÇÃO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver no julgado, obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1022 do NCPC).

2. Os aclaratórios, em regra, não permitem rejugamento da causa, sendo que a atribuição de efeito modificativo somente é possível em hipóteses excepcionais, uma vez comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado, que não se encontram presentes na presente hipótese.

3. Restou delineado que o recolhimento insuficiente do preparo do recurso de apelação não enseja a deserção se a parte recorrente, intimada para que o complemente, atende à intimação e recolhe a totalidade do valor, ou demonstra que tal já foi realizado no momento oportuno, o que expressamente ocorreu no caso conforme mencionado pelo magistrado a quo, "na medida em que veio aos autos comprovar que já havia efetuado o recolhimento não só das custas referentes ao porte de remessa, mas também do porte de retorno e das custas recursais, de forma a comprovar o integral preparo realizado na data da interposição do apelo". Inteligência do artigo 511, § 2º, do CPC/73. Precedentes.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 803.611/PR, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/9/2016, DJe 24/10/2016).

O Tribunal de origem, ao julgar o recurso de agravo de instrumento, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 829-834):

Em suas razões, a agravante repisa os argumentos lançados em agravo de instrumento, quanto ao fato de ser possível a adoção de medidas coercitivas a fim de que o executado coopere com o cumprimento da medida executiva, nos termos do art. 139, IV, do Código de Processo Civil. Neste sentido, requer o provimento do recurso.

Tempestivo o recurso.

Com contrarrazões pela parte adversa.

É o relatório.

(...)

Assim foi a decisão lançada no agravo de instrumento:

“(...) Em relação à matéria objeto de discussão, assim dispõe o

art. 139, IV, do CPC:

Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

(...) IV - determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária; Pois bem, em que pese caiba ao julgador zelar pela rápida solução do litígio, determinando, ainda, as medidas cabíveis para tal desiderato, o pedido formulado pelo recorrente se mostra demasiado ao resultado prático almejado na presente demanda (recebimento dos valores que aduz fazer jus).

Aliás, destaco que muito embora a medida almejada possua razão coercitiva e não implique em cárcere, afeta, por via oblíqua, o direito de ir e vir do executado (direito fundamental a liberdade de locomoção e circulação), garantido constitucionalmente a todos os cidadãos brasileiros, a teor do que dispõe pelo art. 5º, XV, da Constituição Federal.

Nesse sentido, cito os precedentes deste e. Tribunal:

(...)

Dito isso, tem-se que o pedido formulado pelo recorrente é manifestamente desproporcional, pois, além de não guardar afinidade com a obrigação de pagamento, opõe-se – para fins de satisfação econômica – a direitos e garantias previstas constitucionalmente.

O recurso manejado contra a decisão monocrática que negou seguimento ao agravo de instrumento não merece ser provido. Isso porque os argumentos trazidos pela agravante nada têm de novo, sendo, na verdade, apenas repisados os argumentos do agravo de instrumento anteriormente interposto. Ou seja, não há elementos novos, que, porventura possam modificar os rumos da decisão ora hostilizada.

Neste particular, reitero os fundamentos da decisão do agravo de instrumento e utilizo aqueles argumentos como razões de decidir, até mesmo para evitar tautologia.

Diante do exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Desse modo, o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não havendo que se falar em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em

14/6/2016, DJe 21/6/2016).

Além disso, da acurada análise do acórdão recorrido, verifica-se que a conclusão do julgado pela impossibilidade de suspensão temporária da CNH do recorrido, como forma atípica de o incentivar a cumprir a determinação judicial, está fundada nos elementos fáticos do caso concreto.

Sendo assim, para o acolhimento do recurso, seria imprescindível derruir as conclusões contidas no *decisum* atacado, o que, forçosamente, demandaria a rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, a Súmula 7 deste Tribunal Superior a impedir o conhecimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRETENSÃO DE QUE SEJA SUSPENSA A CNH DO DEVEDOR COM BASE NO ART. 139, IV, DO CPC/2015. CONCLUSÃO NO SENTIDO DA INADEQUAÇÃO DA MEDIDA PARA O FIM COLIMADO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O Tribunal estadual entendeu que a medida pleiteada - suspensão da CNH dos recorridos - é inadequada para o fim colimado, pois é desproporcional no caso em tela, especialmente porque atinge a pessoa do devedor, não seu patrimônio. Essa conclusão foi fundada na apreciação fático-probatória da causa, atraindo a aplicação da Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.233.016/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/4/2018, DJe 17/4/2018).

Por fim, convém registrar que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator